

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

 São Paulo, 19 de agosto de 2011. **A Diretoria.**
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

		<i>(Em milhares de Reais)</i>				<i>(Em milhares de Reais)</i>	
		2011	2010	2011	2010		
Ativo							
Circulante		1.162.350	2.027.815	875.750	1.497.946		
Disponibilidades		793	1.843	396.642	499.801		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		47.272	318.202	404	295		
Aplicações no mercado aberto		17.998	89.998	248.876	252.559		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		29.274	55.539	147.362	246.947		
Aplicações em moedas estrangeiras		-	172.665	5.597	8.691		
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		779.411	777.459	16.108	18.009		
Carteira própria		711.294	714.162	16.108	18.009		
Vinculados a compromissos de recompra		5.616	8.702	-	1.463		
Vinculados à prestação de garantias		54.975	45.947	-	1.463		
Instrumentos financeiros derivativos		7.526	8.648	-	-		
Relações Interfinanceiras		263	186	394.944	564.618		
Créditos vinculados:				212	224		
Depósitos no Banco Central do Brasil		171	18	212	224		
Correspondentes		92	168	37.809	4.636		
Operações de Crédito		78.592	161.141	37.809	4.636		
Operações de crédito - setor privado		85.036	163.811	24.438	400.504		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)		(6.444)	(4.670)	394.944	564.618		
Outros Créditos		265.780	768.819	11.977	13.750		
Carteira de câmbio		243.236	761.687	19	28		
Rendas a receber		1.018	10	8.553	6.913		
Negociação e intermediação de valores		804	-	134.362	144.514		
Diversos		23.001	21.235	11.691	14.371		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)		(12.279)	(14.113)	-	-		
Outros Valores e Bens		239	165	86.641	99.983		
Outros valores e bens		7	9	86.641	99.983		
Despesas antecipadas		232	156	11	-		
Realizável a Longo Prazo		377.653	90.394	11	-		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		168.223	-	36.019	30.160		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		168.223	-	36.019	30.160		
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	3.375	26.564	21.149		
Instrumentos financeiros derivativos		-	3.375	9.455	9.011		
Operações de Crédito		135.335	47.302	484	648		
Operações de crédito - setor privado		135.335	47.302	484	648		
Outros Créditos		74.125	39.717	26.566	109.407		
Diversos		74.125	39.717	26.566	109.407		
Permanente		4.582	5.735	26.566	109.407		
Investimentos		249	249	26.566	109.407		
Outros investimentos		249	249	-	-		
Imobilizado de Uso		4.327	5.470	484	648		
Outras imobilizações de uso		11.005	10.707	484	648		
(-) Depreciações acumuladas		(6.678)	(5.237)	26.566	109.407		
Diferido		6	16	484	648		
Gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas		783	919	484	648		
(-) Amortização acumulada		(777)	(903)	-	-		
Total do Ativo		1.544.615	2.123.944	1.544.615	2.123.944		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

		<i>(Em milhares de Reais)</i>	
		2011	2010
Receitas da Intermediação Financeira		25.905	71.761
Operações de crédito		12.213	12.951
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		66.564	60.559
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(52.872)	(1.749)
Despesas de Intermediação Financeira		(34.543)	(46.218)
Operações de captação no mercado		(21.401)	(21.744)
Operações de empréstimos e repasses		(3.312)	(45.633)
Resultado de operações de câmbio		(9.952)	35.959
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		122	(14.800)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(6.358)	25.543
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		4.252	(1.425)
Receitas de prestação de serviços		4.801	1.924
Despesas de pessoal		(8.742)	(9.033)
Outras despesas administrativas		(9.065)	(8.417)
Despesas tributárias		(2.664)	(2.764)
Outras receitas operacionais		76.216	18.237
Outras despesas operacionais		(6.294)	(1.372)
Resultado Operacional		45.614	24.118
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		45.614	24.118
Imposto de Renda e Contribuição Social		(17.282)	(8.612)
Imposto de renda		(6.235)	(5.029)
Contribuição social		(4.358)	(3.583)
Alíquota diferida		(6.689)	-
Participação dos Empregados nos Lucros		(385)	(409)
Lucro Líquido do Semestre		27.964	15.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

		<i>(Em milhares de Reais)</i>	
		2011	2010
Atividades operacionais		28.335	30.309
Lucro líquido ajustado do período		27.964	15.097
Depreciações e amortizações		733	727
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(122)	14.800
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(240)	(315)
Variação de ativos e obrigações		(71.294)	(163.889)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(19.726)	(134.418)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(79.011)	163.766
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras		(133)	168
Redução em operações de crédito		14.589	36.901
Redução em outros créditos		25.778	194.899
(Aumento) em outros valores e bens		(67)	(131)
(Redução) em relações de interdependências		(4.588)	(7.517)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		22.816	(20.477)
(Aumento) em resultados de exercícios futuros		128	268
(Redução) em outras obrigações		(31.078)	(387.348)
Caixa líquido (aplicado) em atividades operacionais		(42.959)	(123.580)
Atividades de Investimento		(170)	(324)
(Aumento) de imobilizado de uso		(170)	(324)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimento		(170)	(324)
Atividades de financiamento		(147.065)	38.622
(Redução) Aumento em depósitos		(4.249)	3.690
(Redução) em recursos de depósitos e emissão de títulos		(58.531)	(173.091)
(Aumento) Redução em obrigações por empréstimos		98.679	(31.705)
(Redução) Aumento em obrigações por repasses do exterior		(6.554)	3.272
Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamento		(117.420)	(159.212)
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(160.549)	(283.116)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		179.340	374.957
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre		18.791	91.841
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(160.549)	(283.116)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

	Capital Social		Reserva de Lucros		Ajuste ao Valor de Mercado		Lucros Acumulados	
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reserva de Capital	Legal Estatutária	TVM e Derivativos	Legal	Legal	Total
Eventos								
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	347.132	-	3.360	20.112	-	385	95.065	466.504
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	-	-	-	-	-	(315)	-	(315)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	15.097	15.097
Constituição de reserva legal	-	-	-	755	-	-	(755)	-
Saldos em 30 de Junho de 2010	347.132	-	3.360	20.867	70	109.407	480.836	480.836
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	347.132	3.360	23.552	132.492	(241)	506.295	506.295	506.295
Aumento de capital	3.360	(3.360)	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	-	-	-	-	(240)	-	(240)	(240)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	27.964	27.964	27.964
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.398	-	(1.398)	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2011	350.492	-	24.950	132.492	(481)	26.566	534.019	534.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 O ING Bank N.V., Filial de São Paulo (Filial), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.268, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da Filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio, administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Caixa e equivalentes de caixa
 Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.
 Em 30 de junho de 2011 e 2010, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	793	1.843
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.998	89.998
Total	18.791	91.841

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez
 As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários
 Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:
 • Títulos para negociação;
 • Títulos disponíveis para venda; e
 • Títulos mantidos até o vencimento.
 Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
 Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.
 Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.
 Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.
 Em 30 de junho de 2011 e 2010 não havia títulos classificados como mantidos até o vencimento.

d) Instrumentos financeiros derivativos
 Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.
 As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.
 Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:
 • **Hedge de risco de mercado** - Destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.
 • **Hedge de fluxo de caixa** - Destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2011 e 2010, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
 As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).
 As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.
 As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.
 As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.
 A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente
 As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais, estão apresentados pelo seu valor de custo.
 O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.
 O diferido é representado por gastos com aquisição e desenvolvimento de "softwares", amortizados no prazo de cinco anos ou em função dos respectivos prazos contratuais.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos
 A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações
 Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social
 A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.
 Os créditos tributários de Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

j) Atualização de resultado
 As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS
 O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:
 •

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

Outros créditos - Adiantamento sobre contratos de câmbio

	2011	2010
Sector privado		
Indústria	130.959	226.588
Comércio	54.125	45.623
Outros serviços	63.873	90.708
Total (Nota 9)	248.957	362.919

b) Nível de risco

Nível de risco	Provisão		Valor da carteira	
	2011	2010	2011	2010
AA	-	-	423.338	537.723
A	0,5%	76	15.140	-
B	1%	-	-	4.608
F	50%	12.203	24.406	27.030
G	70%	-	-	6.671
H	100%	6.414	6.414	-
Total		18.693	469.298	576.032

c) Vencimento

	2011	2010
Vencimento		
Vencidas de 01 até 15 dias	15.140	-
Vencidas de 16 até 360 dias	6.414	4.608
A vencer até 180 dias	96.715	208.074
A vencer de 181 a 360 dias	225.694	316.048
A vencer acima de 360 dias	135.335	47.302
Total	469.298	576.032

Em 30 de junho de 2011, a análise da carteira de empréstimos revelou a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 2.085 (R\$ 16.644 em 2010) e R\$ 2.207 (R\$ 1.844 em 2010) de reversão no período, e existiam em 2011 R\$ 6.414 de operações objeto de renegociação compondo essa carteira.

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

A composição da carteira de câmbio está demonstrada como segue:

	2011	2010
	Circulante	Circulante
Carteira de câmbio		
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	240.546	558.745
Direitos sobre venda de câmbio	-	196.463
Rendas a receber de adiantamento concedido	2.690	6.479
Total	243.236	761.687
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	-	183.350
Obrigações por compra de câmbio	250.156	552.903
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(246.267)	(356.440)
Total	3.889	379.813

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A composição de "Outros créditos - diversos" está demonstrada como segue:

	2011		2010	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos diversos				
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	12.810	14.122	296	-
Imposto de renda a compensar	8.997	16.813	19.679	-
Depósitos judiciais (Nota 15d)	-	42.683	-	39.204
Adiantamentos a funcionários e terceiros	105	-	90	-
Diversos	1.089	507	1.170	513
Total	23.001	74.125	21.235	39.717

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Composta por Letras de Crédito do Agronegócio no valor de R\$ 16.108 (R\$ 18.009 em 2010) e vencimentos até três meses.

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

 Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 152.037, a taxa de juros de até 4,30% a.a., e vencimentos até 23 de março de 2012. Linha de crédito com a matriz no montante de US\$ 101.083, e repasses do exterior mediante a emissão de *Floating Rates Notes* no montante US\$ 55.500, com pagamento de juros semestrais de 0,36% a.a. acima da Libor e principal vencível em 17 de setembro de 2012.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição de Outras obrigações fiscais e previdenciárias está demonstrada como segue:

	2011		2010	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Obrigações fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições a recolher	1.308	3.615	5.183	-
Imposto de renda e contribuição social	10.669	-	8.567	-
Provisão para riscos fiscais (Nota 15c)	-	22.949	-	21.149
Total	11.977	26.564	13.750	21.149

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

A composição de "Outras obrigações - diversas" está demonstrada como segue:

	2011		2010	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Obrigações diversas				
Provisão para despesas de pessoal	5.165	611	4.185	680
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 15b)	-	2.326	-	2.066
Provisão para contingências - BACEN (Nota 15b)	-	5.840	-	5.537
Diversos	3.388	678	2.728	728
Total	8.553	9.455	6.913	9.011

15. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2011 e 2010, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2011, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2010	Adições	Baixas	30/06/2011
Trabalhistas	2.191	135	-	2.326
Outras - BACEN	5.683	157	-	5.840
Total	7.874	292	-	8.166

Totais passivos contingentes

c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária relacionadas à Contribuição Social, cuja legalidade e constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica Provisão para Riscos Fiscais (Nota 13).

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à dedução da despesa de Contribuição Social da base de cálculo do imposto de renda, no montante de R\$ 22.965 (R\$ 20.872 em 2010). O saldo remanescente é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16. OPERAÇÕES VINCULADAS

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativos vinculados	57.157	-	965	243.464
Empréstimos do exterior	-	57.064	(537)	-
Total	57.157	57.064	428	243.464

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Filial corresponde a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

Em 29 de novembro de 2010, o Comitê Executivo da Matriz do ING Bank N.V. de Amsterdã - Holanda, aprovou o aumento do capital destacado para a Filial Brasileira em € 1.438, equivalente em moeda nacional a R\$ 3.360, em função da capitalização das reservas de capital. O aumento de capital da Filial de R\$ 347.132 para R\$ 350.492 foi aprovado pelo BACEN em 23 de fevereiro de 2011 e publicado no Diário Oficial da União em 25 de fevereiro de 2011.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial constitui créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 26.636.

Adicionalmente, há registrado um valor de R\$ 296 referente a Crédito Tributário de CSLL (art. 18º da MP nº 2.158-35).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2011 estão demonstradas a seguir:

	31/12/10	Adições	Baixas	30/06/11
Créditos Tributários Diferidos				
Contribuição Social - Art. 18 - da MP nº 2.158-35	296	-	-	296
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	270	-	(130)	140
Outras provisões temporárias	20.002	1.757	(3.935)	17.824
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	13.053	-	(4.381)	8.672
Total	33.621	1.757	(8.446)	26.932

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2011 está demonstrado a seguir:

	Imposto de Renda	Contribuição Social
Realização do Crédito Tributário		
Ano calendário 2011	8.552	4.258
Ano calendário 2012	1.128	2.329
Ano calendário 2013	1.128	2.328
Ano calendário 2014	1.128	2.329
Ano calendário 2015	1.128	2.328
Base tributável diferida	13.064	13.572
Imposto de renda e contribuição social diferido	26.636	

Em 30 de junho de 2011, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 22.369, calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras em conjunto.

A apuração do resultado de imposto de renda e contribuição social está demonstrada como segue:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	45.614	45.614	24.118	24.118
(+) Participações nos resultados	(368)	(368)	(409)	(409)
Resultado antes dos impostos ajustado	45.246	45.246	23.709	23.709
Adições ou exclusões temporárias	(8.263)	(3.915)	5.915	9.391
Adições ou exclusões permanentes	70	70	9	4
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(11.116)	(12.420)	(8.890)	(9.931)
Base tributável	25.937	28.981	20.743	23.173
IR e CS (aliquota de 15%)	(3.891)	(4.347)	(3.111)	(3.476)
Adicional de IR (aliquota de 10%)	(2.582)	-	(2.062)	-
Redução por incentivos fiscais	151	-	82	-
Outros ajustes	87	(11)	62	(107)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(6.235)	(4.358)	(5.029)	(3.583)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	325	325	-	-
Provisões não dedutíveis temporariamente	10.947	7.984	-	-
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	10.054	12.451	-	-
Outras diferenças temporárias	(4.392)	(4.392)	-	-
Base tributável diferida	16.934	16.368		
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.234)	(2.455)		

19. OPERAÇÕES RELEVANTES COM PARTES RELACIONADAS

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

	2011	2010
Ativo (passivo)		
Disponibilidades	482	525
Aplicações em moedas estrangeiras	-	172.666
Rendas a receber	11	10
Outros créditos - adiantamentos	18	31
Outros créditos - câmbio	240.546	412.739
Depósitos à vista	(404)	(274)
Depósitos interfinanceiros	(242.635)	(233.959)
Depósitos a prazo	(1.783)	(2.439)
Obrigações por operações compromissadas	(5.597)	(3.682)
Empréstimos no exterior	(481.797)	(664.825)
Outras obrigações - câmbio	(3.889)	(379.813)
Recursos (despesas)		
Resultado de câmbio	1.406	17.017
Outras receitas operacionais	14.176	11.969
Despesas de depósitos a prazo	(100)	(64)
Despesas de operações compromissadas	(325)	(174)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(12.797)	(10.323)
Resultado de empréstimos no exterior	53.307	(45.633)
Resultado obrigações com banqueiros exterior	26	7.760

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. (Amsterdã), em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o semestre findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 1.295 (R\$ 1.398 em 2010) de remuneração fixa, e de R\$ 1.163 (R\$ 880 em 2010) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 55.961 (R\$ 85.953 em 2010).
b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2011, o valor do patrimônio de referência exigido (PRE) correspondia a 11,02% do valor do patrimônio de referência ajustado (18,87% em 2010).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o semestre findo em 30 de junho de 2011 totalizaram R\$ 153 (R\$ 18 em 2010).

d) Outras despesas administrativas correspondem basicamente a despesas de processamento de dados R\$ 1.915 (R\$ 2.065 em 2010), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 338 (R\$ 250 em 2010), aluguel R\$ 1.390 (R\$ 1.088 em 2010), serviços técnicos especializados R\$ 1.231 (R\$ 1.337 em 2010), serviços de terceiros R\$ 796 (R\$ 769 em 2010), despesas com comunicação R\$ 489 (R\$ 432 em 2010) e despesa com manutenção e conservação R\$ 444 (R\$ 360 em 2010).

e) Outras receitas operacionais correspondem, basicamente, à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 14.288 (R\$ 16.615 em 2010) e variação cambial sobre obrigações em moeda estrangeira R\$ 56.620.

f) Outras despesas operacionais correspondem, basicamente, às atualizações de riscos fiscais R\$ 569 (R\$ 411 em 2010) e variação cambial sobre aplicações em moeda estrangeira R\$ 5.111.

A DIRETORIA

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 15P221880/O-6

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank NV (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de